

O Planejamento geográfico e a participação do CNG

ALFREDO JOSÉ PÔRTO DOMINGUES
Geógrafo do CNG

INTRODUÇÃO

Bem recentemente a Geografia penetrou no campo científico. Data isto do fim do século passado, e, como consequência, mestres e técnicos não perceberam claramente sua evolução e vivem ainda em função dos conhecimentos arcaicos, sem poderem acompanhar sua evolução.

Com sua penetração na constelação das ciências, seu campo muitas vezes está no domínio de outras ciências, que evoluíram anteriormente, sendo difícil estabelecer os verdadeiros limites.

Ora é o geógrafo discutindo suas linhas com a geologia, ciência que já possui um longo tempo de evolução, ora é com a Sociologia ou com a Economia, e não raro mesmo hoje em dia, vários geógrafos no afã de realizar seus trabalhos entram no domínio daquelas ciências, incorrendo em uma série de lamentáveis enganos por falta de domínio do conhecimento das suas técnicas.

O ensino falho ministrado no fim do século passado e no início deste contribuiu para entorpecer o desenvolvimento deste ramo de conhecimentos, que durante muito tempo permaneceu quase como uma curiosidade nos livros e muitas vezes se converteram em longas e numerosas enumerações de acidentes e dados econômicos que se tornavam o pavor dos antigos estudantes.

No fim do século XIX, graças aos trabalhos de HUMBOLDT, RITTER e RATZEL deu a Geografia os primeiros passos como ciência e passou a descortinar horizontes maiores.

Surgiram os grandes nomes de RICHTHOFEN, VIDAL DE LA BLACHE, JEAN BRUNHES, HETNER, MACKINDER, DE MARTONNE, PENCK e MORRIS DAVIS, os quais precisaram o alcance da Geografia e marcaram o caminho que devia conduzir a emancipação da nova ciência.

Não mais a Geografia se preocupou com a mera descrição da Terra, mas, procurou interpretar os fatos geográficos. Procurou-se ligar fatos e efeitos e descobrir as leis gerais que os regem.

Quando a Geografia atingiu a evolução de uma ciência surgiram os problemas, pois, ela passou a ambicionar o conhecimento integral, buscando a causa e determinando a conexão com os fenômenos e a necessidade de uma generalização.

Procurou-se analisar precisamente seus domínios e evitar suas extrapolações, visando à busca da verdade.

Inicialmente predominou meramente um caráter de especulação filosófica, desenvolvendo o geógrafo a análise e a síntese, e, graças a isto, deu-se o aparecimento da Geografia como ciência.

Como consequência do desenvolvimento tardio, vemos que a Geografia se aproveita de uma série de dados das outras ciências e *procura relacioná-los no seu conjunto para explicar as condições físicas, as biológicas e finalmente a atividade humana.*

Deste modo ela utiliza um enorme volume de material que têm as outras ciências e realiza o que não faz por si mesmo nenhuma das outras, que é a síntese geográfica.

A Geografia ao lado do seu valor científico com a atual conjuntura do mundo, levando em consideração as duas guerras, o grande aumento de população dos países e o número cada vez maior de programas que surgem para o desenvolvimento das regiões, realçou consideravelmente seu valor utilitário.

Procurando relacionar uma série de dados trazidos das outras ciências e explicar as diferentes condições da superfície da Terra, ela surge como um instrumento de alto valor para analisar os problemas das regiões e realçar suas necessidades.

Tem portanto valor utilitário, pois, põe ao alcance do homem o conhecimento das riquezas do planeta e suas possibilidades econômicas e a maneira pela qual ele se deve conduzir para explorá-las.

Abriu-se assim nova orientação ao trabalho do homem que abandonava a improvisação e, com o estudo, procurou determinar as normas a que deveria obedecer para aproveitamento racional das áreas.

O conhecimento do solo de maneira integral permitiu-lhe colocar à disposição uma série de elementos, em torno do qual ele sabia quais eram as fontes de recursos pelos quais poderia examinar as possibilidades de produção desde alimentos (animais, vegetais e minerais), até energia (carvão, petróleo e força hidráulica), e mesmo outros bens que proporcionam materiais para a luta contra a inclemência do tempo, como construção de habitações, vestuário e outras necessidades.

Naturalmente o geógrafo com o seu trabalho coloca à disposição dos administradores uma série de elementos que permitem a elaboração e a determinação de medidas de grande valor prático, e destarte, torna-se no conjunto dos técnicos um indivíduo de grande valor nos trabalhos de planejamento.

O Brasil, da mesma forma que os outros países, durante grande número de anos não havia atribuído papel relevante aos geógrafos, entretanto, seu govêrno, em 1937 criou o Conselho Brasileiro de Geografia (Decreto n.º 1 527, de 24-3-1937), que em 1938 passou a denominar-se Conselho Nacional de Geografia.

Dois fatos determinaram a criação do mesmo: primeiro a adesão do Brasil à União Geográfica Internacional; depois o conjunto de medidas empreendidas para criar no país um organismo de coordenação das atividades geográficas brasileiras.

A finalidade do Conselho Nacional de Geografia é "incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do país mediante o estabelecimento de cooperação geral para o conhecimento metódico e sistemático do território brasileiro".

Levando em consideração o grande território, foi analisada sua imensa área, ficando patente a adoção de medidas de emergência. Como consequência destas, tomaram parte vários órgãos, tendo o Conselho Nacional de Geografia funcionado como coordenador geral das atividades com o fito de atingir seu objetivo.

Analizando sua organização, o Conselho Nacional de Geografia funciona como um órgão do IBGE, ligado diretamente à Presidência da República.

Na sua organização há duas classes de órgãos:

a) Órgãos deliberativos:

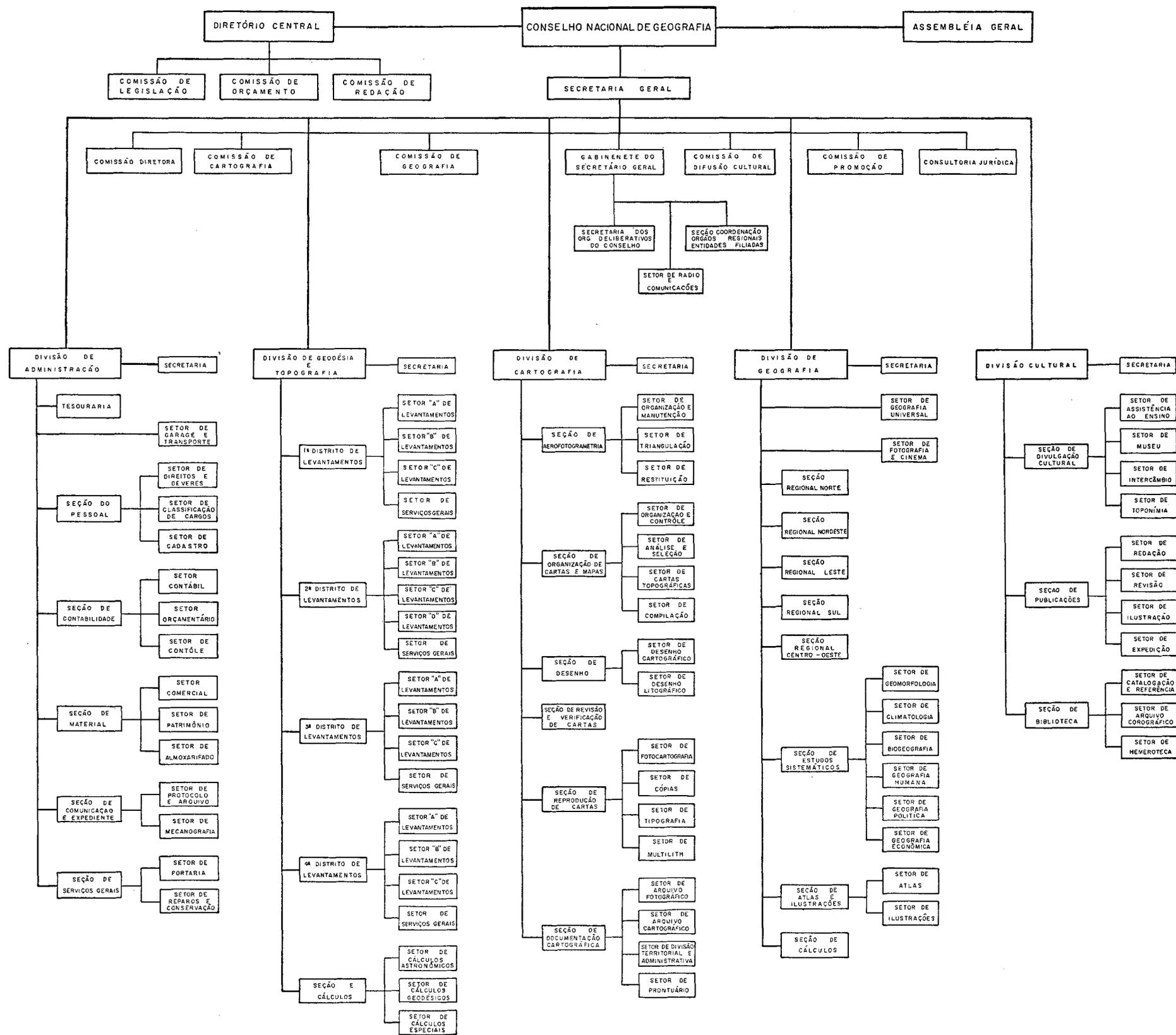
- 1 — Assembléia Geral
- 2 — Diretório Central
- 3 — Diretórios Regionais
- 4 — Diretórios Municipais

b) Órgão Executivo Central — que é representado pela Secretaria-Geral do CNG, dirigida pelo secretário-geral e que se compõe de órgãos diversos:

1 — Órgãos consultivos:

- a) Consultoria Jurídica
- b) Coordenação de Organizações Regionais
- c) Comissão de Geografia
- d) Comissão Diretora

I.B.G.E.



2 — Órgãos executivos pròpriamente ditos:

- 1 — Gabinete do Secretário-Geral
- 2 — Divisão de Administração
- 3 — Divisão de Geografia
- 4 — Divisão Cultural
- 5 — Divisão de Cartografia
- 6 — Divisão de Geodésia e Topografia

Vamos examinar alguns problemas referentes ao planejamento de tarefas referentes ao Conselho Nacional de Geografia.

Inicialmente se ressentia o Conselho Nacional de Geografia de uma carta topográfica, pois, as anteriores na maior parte eram fantasiosas e sem base.

1 — Levou-se a efeito uma campanha em 1938, em que todos os municípios foram obrigados a apresentar um mapa de seu território e o Conselho Nacional de Geografia tornou-se depositário dêste acervo, que passou a constituir elemento para a elaboração da carta topográfica.

2 — Ao lado disto começou-se a campanha das coordenadas geográficas, pois, o Brasil não possuía material suficiente para a determinação exata dos pontos onde pudesse apoiar a rede de levantamentos.

3 — Seguiram-se campanhas de levantamentos expeditos, que eram apoiados nas coordenadas, os quais permitiram a elaboração das primeiras cartas.

4 — As cartas municipais foram ajustadas sôbre esta rede de pontos de coordenadas e levantamentos expeditos e mistos de outras fontes e surgiu o primeiro mapa do Brasil na escala de 1:5 000 000.

O exame posterior desta carta permitiu a elaboração de programas de ação e convênios com os governos estaduais, visando ao aprimoramento de nossa carta.

Por seu turno, a ala geográfica do Conselho empreendeu a grande tarefa do reconhecimento nacional em termos geográficos, tendo em vista, inicialmente, as áreas menos estudadas e menos conhecidas.

Na previsão das atividades anuais do Conselho Nacional de Geografia passou então a ser rotina a programação de trabalhos de campo, efetuados por equipes de geógrafos e que têm proporcionado uma compreensão satisfatória, ainda que genérica, das regiões do país, mas, paralelamente tem-se revelado em estudos mais específicos, importantes aspectos da Geografia brasileira.

Muitas das pesquisas empreendidas pelo corpo de técnicos do Conselho Nacional de Geografia resultam de solicitações de outros órgãos, através de convênios.

Nesta categoria, pode-se assinalar o que se cumpriu, anos atrás, com a Comissão do Vale do São Francisco, incluindo trabalhos cartográficos e geomorfológicos e dentre os convênios mais recentes notam-se o celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil, através de uma série de projetos sôbre o potencial humano, regiões urbanas e estruturas agrárias do Nordeste brasileiro, subordinados ao tema geral do levantamento do potencial humano desta região e também o acôrdo com a Prefeitura do nôvo Distrito Federal, tendo em vista os problemas do abastecimento do Brasil.

Não obstante, os programas próprios do Conselho envolvem muitas outras atividades de alta relevância, como a ultimação da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* e da coleção dedicada à Geografia do Brasil, da qual se publicaram quase todos os volumes relativos a cada região, restando apenas a segunda parte do que se refere à Região Sul. Ao mesmo tempo empenha-se o Conselho na elaboração de um nôvo *Atlas do Brasil* e na consecução de estudos pertinentes à faixa de fronteiras da Amazônia, à região serrana fluminense e à restituição geomorfológica da região litorânea da Baixada Fluminense, além de várias outras tarefas de interêsse geográfico, quer no sentido especializado da ciência geográfica, quer no aspecto didático, colaborando para um ensino mais eficaz da Geografia em nossa pátria.

De uma forma ou de outra, quer no campo cartográfico ou geográfico, quer através de suas publicações várias e de penetração nacional e internacional, a obra do Conselho Nacional de Geografia, sempre necessariamente atual e valiosa, objetiva, em última análise, o fortalecimento do poder nacional mercê do conhecimento correto e hodierno do território pátrio e de seu povo.

A Divisão Cultural — nos exatos termos da legislação que a define — é o órgão que tem por objetivo coligir documentos referentes à Geografia do Brasil oriundos do próprio Conselho ou de outras fontes nacionais e estrangeiras e promover sua difusão em publicações, conferências e cursos.

Tem a seguinte organização:

a) Direção da Divisão; b) Secretaria da Divisão; c) Secção de Biblioteca (com Setor de Catalogação e Referência, Setor de Arquivo Corográfico e Setor de Hemeroteca); d) Secção de Divulgação Cultural (com Setor de Assistência ao Ensino; Setor de Museu; Setor de Intercâmbio e Setor de Toponímia); e) Secção de Publicações (com Setores de Redação, Revisão, Ilustrações e Expedição).

Também a competência da direção e as atribuições de cada um dos órgãos que integram a mencionada Divisão, estão regulamentadas, com vistas às importantes finalidades que lhes são afetas.

Especificamente, a Secretaria da Divisão Cultural “é o órgão auxiliar do diretor no desempenho de suas funções”; a Secção de Biblioteca é o órgão que tem por encargo reunir, classificar, catalogar e arquivar todos os elementos informativos que puder obter sobre a Geografia do Brasil; a Secção de Divulgação Cultural é o órgão que se destina a promover a colaboração, em matéria cultural, com entidades congêneres, nacionais e estrangeiras; e bem assim, o aperfeiçoamento técnico e cultural dos professores de Geografia, geógrafos e servidores do Conselho, em geral, ouvidos os diretores das Divisões interessadas e a Secção de Publicações é o órgão que tem por incumbência obter, preparar e rever a matéria destinada às publicações editadas pelo Conselho, ou sob sua responsabilidade, bem como promover-lhes a difusão.

Em última análise, a Divisão Cultural oferece ao público os resultados obtidos pelas Divisões técnicas do Conselho Nacional de Geografia.